

CIDADE DO FUTURO: IMAGINÁRIO URBANO E POLÍTICA EM FLORIANÓPOLIS
(1950-1970)

Reinaldo Lindolfo Lohn
(Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc)

Neste trabalho pretendo desenvolver uma reflexão acerca dos contornos políticos do imaginário urbano construído na cidade de Florianópolis (SC) nas décadas de 1950 e 1960. Naquele momento todo o progresso alardeado pelo governo e pela mídia só com muita dificuldade chegava à Capital de Santa Catarina, que parecia aos olhos de muitos observadores uma cidade sem futuro e parada no tempo. Por outro lado, os grupos que atuavam na economia e na política da cidade começavam a difundir discursos que projetavam uma cidade moderna e com planos para a sua transformação numa grande metrópole, amparada na economia turística. Apesar de notórias carências materiais da cidade, é possível perceber o quanto as perspectivas coletivas e individuais passaram a almejar projetos de vida e sonhos de consumo, principalmente entre as camadas médias em ascensão.

Nesse processo, a idéia de que Florianópolis seria a cidade do futuro tornou-se um instrumento de intervenção política. O bloco de poder que controlava as intervenções urbanas impôs o desenvolvimento turístico como único caminho para o futuro, ao passo em que verificava-se o que chamo aqui de espacialização marcante das divisões de classe, no contexto das reformas urbanas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial.

No centro desta discussão está a dimensão cultural das cidades. Situando os projetos e sonhos urbanos no devir histórico, verifica-se que estes efetivaram-se, mesmo que pela recusa, nas práticas sociais e nas decisões políticas. As disputas de classe e de poder estão inscritas na forma atribuída à cidade por aqueles que detiveram as condições para determiná-la.

Uma das motivações da escrita desta História foi a de apontar para o imaginário e as representações como experiências sociais efetivas, peças indispensáveis para a compreensão das lutas políticas, das investidas econômicas e da construção mesmo de uma cidade. As representações sobre o futuro apresentaram-se como instrumentos políticos importantes nos debates e lutas ocorridos em Florianópolis em torno das opções de desenvolvimento. A eleição do turismo e o consórcio de setores influentes com vistas a fazer prevalecer na cidade esta atividade econômica, nutriu-se das expectativas e anseios que a sociedade estava construindo. As atitudes de individualização das camadas médias e os projetos de vida que tendiam a almejar a conquista de determinados bens de consumo portadores de distinções sociais, assim como as opções de moradia em apartamentos e em determinadas áreas da cidade, proporcionaram indicadores para as intervenções na cidade.

A afirmação do turismo como vocação “natural” de Florianópolis foi um processo de construção histórica e política que ordenou e configurou a cidade. Os investimentos públicos e as decisões estratégicas foram efetivados segundo os preceitos de uma determinada forma de agir sobre o urbano, de modo a fazê-lo assumir a características de dinamismo e progresso. Os grupos que comandaram o processo não foram modestos em seus planos e é possível encontrar diversos momentos em que todo o futuro da cidade veio a ser projetado na dependência dos interesses de realização de riquezas imobiliárias que encontravam no turismo e na abertura de loteamentos nas praias uma oportunidade para expansão. Os projetos e os planos econômicos e urbanísticos não escondiam suas intenções de manter intacta a distribuição de poderes e riquezas na cidade, espacializando as diferenças entre os estratos sociais e procurando atender aos projetos de vida das camadas médias.

Florianópolis viveu nas décadas que seguiram-se à Segunda Guerra Mundial o dilema do desenvolvimento e da transformação, ao mesmo tempo em que suas elites pretendiam torná-la o cenário para a reprodução de seu poder político e econômico. A rigor, na metade do século XX, Florianópolis não apresentava ritmos muito diferentes de sua tradicional e decantada mansidão e tranqüilidade. A literatura tinha como tema mais comum esse marasmo e o ritmo

cadenciado da vida urbana florianopolitana. Um literato, Silveira de Souza, num conto publicado na revista Sul, dava conta de sua percepção dos ritmos da cidade. Silenciosa, pequena, “sem vida noturna”. Suas “casas baixas, ruas estreitas”, cercadas pelo morro, “com seus negros, suas misérias, suas brigas, suas macumbas”, onde brilhava apenas “uma luz ou outra”¹.

Mas, mesmo em sua forma de cidade modesta, Florianópolis também começava a ser descrita pelos produtores de discursos a partir de temáticas próprias à sociedade urbana contemporânea. Um colunista do jornal “O Estado” já podia afirmar com satisfação na entrada dos anos 60, que Florianópolis já tinha agora muitos bairros, que iam ganhando vida própria, saindo a cidade aos poucos do “ramerrão do centro e crescendo em todo o sentido”². Essa pequena grande cidade já projetava a utilização de recursos tecnológicos mais sofisticados, ansiando pela chegada da televisão, a maravilha que constituía o artefato mais sofisticado da civilização da imagem que tanto fascínio causava desde os primeiros daguerreótipos. Florianópolis, anunciava-se em 1960, logo entraria no quadro das capitais atingidas pelas imagens mágicas da TV³.

Todo um imaginário urbano desenvolvia-se em torno da construção da idéia de futuro. Daí a necessidade de compreender os horizontes de expectativas dos grupos sociais que atuaram em Florianópolis. Evidentemente, não é toda a cidade que produz e emite esses discursos. São primordialmente os setores hegemônicos e que possuíam tanto poder material quanto simbólico para fazer prevalecer seus planos de desenvolvimento. Por outro lado as camadas médias da sociedade, em processo de ascensão social, formavam um mercado consumidor de novidades tecnológicas, aparelhos e modismos de todo o tipo, que apareciam como portadores do futuro. O futuro, em última instância, deveria atender aos projetos individuais e coletivos desses segmentos sociais. A cidade foi pensada, antes mesmo de ser erguida, como expressão dos anseios das elites dirigentes, que dominavam os mecanismos de realização da riqueza e a máquina estatal, bem como dos projetos de individualização crescente das classes médias.

É notável que numa cidade sem indústrias, vivendo quase exclusivamente de um pequeno comércio e totalmente dependente dos empregos públicos oferecidos pelo Estado, fossem construídas uma série de representações sobre o futuro, no qual este aparece vinculado a desenvolvimento tecnológico, riqueza e facilidades de vida. O que mais chama a atenção é a dimensão tomada por essas idéias num ambiente em que tudo levava a desacreditar das possibilidades futuras. Havia determinados elementos discursivos que reforçavam um conjunto de idéias baseadas principalmente na crença nos novos meios tecnológicos que a sociedade industrial estava pondo em movimento. A vida social na cidade passava a ter como uma de suas referências básicas a projeção de perspectivas sobre o futuro individual e coletivo, mesmo que não houvessem muitos elementos materiais sustentando esses anseios. E é exatamente isso que deve ser levado em conta: todas essas representações vicejaram apesar da ausência imediata e concreta de relações produtivas capazes de sugerir ou mesmo de impulsionar a esperança num futuro grandioso para a cidade, ao menos em termos industriais e capitalistas.

Para os anunciadores dos novos tempos, a grande alternativa econômica para a cidade seria o turismo. Ensaiaava-se a entrada em cena na cidade de uma nova possibilidade de investimentos de capitais. A indústria turística, já crescente na Europa e nos Estados Unidos, não deixava de ser mencionada com freqüência nos meios de comunicação da cidade. A velha cantilena de cidade dos “barnabés”, ou seja, de funcionários públicos mal pagos e sem maiores perspectivas, poderia ser finalmente desmentida, se a cidade aproveitasse as novas oportunidades. Não tardaram as tradicionais elites da cidade a aproveitarem-se do mais recente discurso em voga, para iniciar investimentos em algumas praias da cidade. Planos para o norte da ilha, principalmente para as praias de Jurerê e Canasvieiras, surgiam na imprensa, que anunciava com entusiasmo: “já se faz turismo em Santa Catarina”⁴.

Nesse período é possível verificar uma disputa surda em torno das estratégias de desenvolvimento urbano para a cidade. A recusa e a não implementação do primeiro Plano Diretor de Florianópolis, proporciona a reflexão sobre os

interesses dos setores políticos e empresariais em relação aos investimentos turísticos. Para os autores do Plano Diretor, o desenvolvimento da cidade não poderia estar atrelado ao turismo. Contrariando os grupos políticos e empresariais que começavam a projetar investimentos na cidade, argumentava-se que “a função turística de um lugar depende, também, da existência de um fluxo regular de turistas provindos de lugares próximos”. O turista estrangeiro ou que viajava longas distâncias pelo Brasil para conhecer as praias da Ilha de Santa Catarina não poderia constituir “uma esperança séria e, muito menos, uma garantia de mercado turístico para Florianópolis”⁵.

Isso punha por terra uma série de projetos e planos de investimentos que já eram anunciados, alguns até com grande destaque. No mesmo momento em que a imprensa, em todas as suas versões partidárias, era o principal instrumento de difusão dos discursos que buscavam legitimar a idéia de turismo para Florianópolis e transformá-la no grande mote capaz de proporcionar o desenvolvimento futuro da cidade, o Plano Diretor concebido em 1952 corria na contra-mão, o que certamente contribuiu para que as suas diretrizes mais importantes não fossem implementadas. Aos poucos o plano foi deixado de lado e vários investimentos anunciados para as praias foram postos em prática, todos com a justificativa de que o turismo seria a única forma de construir a Florianópolis do futuro.

Mas, o que é o futuro de uma cidade? Certamente as respostas variam na mesma quantidade e proporção do número de urbes existentes. Nova Iorque, Atenas ou Florianópolis possuem formações históricas específicas que estabelecem os limites das possibilidades de projeção e as expectativas que podem ser alimentadas quanto aos tempos vindouros. De todo modo, a cidade tornou-se contemporaneamente o espaço das utopias e da imaginação a respeito do porvir. A ficção científica e os romances de antecipação vicejaram com grande força ao longo do século XX, promovendo esperanças, angústias e medos. Metrôpoles gigantescas serviram como cenários construídos para as tramas criadas por autores como George Orwell, H. G. Wells ou Aldous Huxley. A dominação de imensas estruturas burocráticas sobre massas alienadas tornou-se um tema freqüente. O futuro das cidades seria um “admirável mundo novo”⁶, artificial e onde a natureza seria totalmente domada em razão dos interesses de indústrias. A associação entre uma tecnologia que viria dominar a humanidade e cidades automáticas e totalmente controladas, guiou a elaboração do futuro como um tempo a ser, no mínimo, temido.

No âmbito desse complexo imaginário, é possível localizar inúmeras inflexões sobre as atitudes e expectativas em relação ao futuro da vida em cidades. Empreender um estudo sobre as formas assumidas pela idéia de futuro na Florianópolis dos anos 50 e 60, requer a definição de um campo de reflexão preciso. O que em princípio pode parecer extremamente vago e pouco tangível, como o futuro, assume uma dimensão mais concreta e instrumentalizável na medida em que a problemática for abordada como uma forma de atingir relações e conflitos sociais no período histórico delimitado. É preciso então chamar atenção para os elementos imaginários presentes no discurso nacional-desenvolvimentista daqueles meados do século XX no Brasil. Difundia-se uma crença geral na mudança individual e coletiva que se faria ao longo do tempo. O futuro poderia ser tanto melhor quanto mais rápidas fossem as aquisições tecnológicas que intensificassem a velocidade dos fluxos sociais. O futuro seria radiante para os que atingissem as metas propostas pelos planos econômicos.

Cabe então, na esteira de Bronislaw Baczko, politizar o imaginário, compreendendo-o também como objeto de investimentos de poder, um sistema de idéias e imagens que formam uma representação coletiva, essencial para qualquer exercício de autoridade e dominação social⁷. Em nome do futuro, várias atitudes e tomadas de posição passaram a ser tomadas diariamente, em campos tão diferentes como decisões governamentais, mercado de trabalho, compra da casa própria ou concursos vestibulares. Tais atitudes encontram-se presentes inclusive na crença dos economistas na possibilidade de planejar o desenvolvimento econômico de uma sociedade por alguns anos.

O projeto de vida que começava a ser literalmente vendido para as classes médias de Florianópolis, tratava muito mais de evolução do que de revolução. Era a crença de que o caminho a ser traçado seria o mesmo que outras nações já

havam encontrado, bastando adquirir os meios tecnológicos e planejar as intervenções e os investimentos estatais. Eram sonhos pragmáticos, com a pretensão da neutralidade técnica embora, como é notório, totalmente engajados num modelo político conservador. Uma cultura de futuro, muito próxima daquela que a sociedade norte-americana criou e difundiu aos quatro cantos do planeta como nenhuma outra civilização na história. É possível que uma das maiores obras dos Estados Unidos no século XX tenha sido roubar a utopia, pondo em seu lugar o futuro dos planos de previdência e das bolsas de valores.

Foi a partir dessas noções que Florianópolis passou a ser pensada com vistas a alcançar estágios mais “avançados” de desenvolvimento e a cidade seria palco de inúmeros projetos que visavam tirá-la do atraso. A partir da segunda metade da década de 1960, o esgotamento da capacidade da Ponte Hercílio Luz e a ameaça de que esta pudesse ruir modificaria completamente as intervenções urbanísticas em Florianópolis, favorecendo obras viárias de grande impacto e a economia turística. Para os grupos políticos e empresariais com interesses em Florianópolis tratava-se de aproveitar o momento propício, com a ditadura militar recém instalada, para realizar os grandes empreendimentos turísticos e rodoviários que vinham sendo planejados.

A cidade ganhava os contornos e caminhos pretendidos pelos seus grupos dominantes, valorizando os investimentos em novos loteamentos, que valorizavam-se na medida em que eram associados com a economia turística. A disputa entre caminhos possíveis para o desenvolvimento de Florianópolis, pendeu para a construção social e discursiva de sua “vocação turística” e da necessidade de crescimento contínuo. Assim, alargaram-se as possibilidades de expansão urbana, prevendo-se cada vez mais as perspectivas de metropolização através do impacto do incremento turístico. Novas áreas seriam incorporadas ao perímetro urbano, expandindo a cidade por territórios antes considerados inviáveis. Regiões antes distantes tornavam-se, repentinamente, alvos de ambiciosos projetos urbanísticos. Foram as praias do Norte da Ilha a área que mais transformações sofreria, marcando o surgimento de uma cidade diferente, com uma vida sazonal e idiomas e sotaques estranhos. Foi o momento em que a expansão urbana começou a dar-se através dos loteamentos, os quais, ao longo do século XX, representaram para a maioria das cidades brasileiras, “um dos principais agentes na expansão horizontal da cidade e na formação das periferias urbanas”⁸.

Numa visão marxista “o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais”⁹. Mas, pode-se acrescentar que as significações sociais atribuídas à cidade e seus componentes culturais, tanto pelos diversos segmentos que compõem a sociedade quanto pelos planejadores e arquitetos, correspondem a formas de compreensão do fenômeno urbano que atravessam todas as relações humanas num determinado momento histórico. Em Florianópolis, os diferentes meios sociais em construção e a fragmentação da cidade em demarcações que obedeceram às divisões de classes, indicaram não apenas mudanças na distribuição espacial, mas um constante processo de afirmação de determinados valores e finalidades para as políticas urbanas implementadas. As diferentes opções de desenvolvimento, a escolha dos locais para a expansão e localização de novos empreendimentos públicos e privados, a suburbanização da área continental e o enobrecimento da região Norte da Ilha, entre outros processos em que foi possível constatar a produção do espaço enquanto estratificação social e o acesso desigual aos equipamentos urbanos, corresponderam a diferentes formas de pensar a cidade, de ordená-la e de projetar seu futuro. O espaço aparece então, nas políticas estatais para a cidade, como mais um dos elementos classificatórios e portador de clivagens sociais¹⁰, mas na dependência de fatores como os projetos de vida e de ascensão das camadas médias e seu apego a determinados bens simbólicos que seriam portadores de distinções e posições de classe, tais como a compra de apartamentos em regiões mais caras. Ocorre que esses projetos são carregados de elementos imaginários, trazendo representações e percepções do mundo que procuram atribuir eficácia simbólica a determinadas visões e previsões sobre a reprodução das diferenças entre as classes¹¹.

O planejamento governamental e a criação de novas oportunidades de investimento na cidade, abriam um cenário que parecia ser totalmente novo para Florianópolis. O futuro, finalmente, havia chegado. A classe média aumentava em número e em influência política e cultural na cidade, com a instalação de diversos órgãos e empresas estatais. A nova classe média, de colarinhos brancos, ampliava o mercado consumidor e buscava moradia nos novos loteamentos e condomínios que a indústria da construção civil, em ritmo cada vez mais acelerado, ofertava. Um imaginário urbano de classe média entrava em funcionamento, preferindo apartamentos e mobílias modernas, o que expressou-se na publicidade dos jornais.

O lote de terra urbano passava a ser um dos principais fatores de apropriação de riquezas e valorização de investimentos. De outra parte, verificou-se a construção de traços culturais identificadores da classe média, com a promessa de que os projetos de vida individuais e familiares alcançariam a plena concretização através da compra de um imóvel num local que parecia oferecer serviços públicos e conferir *status* social.

Suburbanização, conurbação e metropolização, foram processos que começavam a moldar a cidade, a qual deixava seu histórico confinamento à área central, às margens da baía sul. Surgia uma outra organização do espaço, que permitiu o adensamento populacional e um grande crescimento do perímetro urbano. Áreas periféricas novas eram integradas, geralmente sob condições precárias, ao conjunto da cidade. As fronteiras entre as classes sociais tornavam-se ainda mais rígidas, na medida em que os empreendimentos turísticos para o Norte da Ilha foram sendo concretizados e recebendo uma população que foi privilegiada em serviços públicos, tanto em quantidade quanto em qualidade. Para as camadas médias, os novos processos sociais em ação, os quais estabeleciam mais claramente os padrões espaciais e classificatórios no tecido urbano, ofereciam a possibilidade de que sua *condição* de classe fosse devidamente reconhecida enquanto *posição* de classe, através da aquisição de imóveis nas áreas mais prestigiadas.

Ao longo da década de 1960 já era possível verificar-se o incremento na construção civil. Construtoras anunciavam constantemente novos edifícios de apartamentos no centro e a imprensa entusiasmava-se com o ritmo de crescimento da cidade, com prédios novos em praticamente todas as ruas, pondo abaixo os velhos casarões. Os empreendedores privados construíam grandes edifícios que subiam “aos céus, alterando a fisionomia urbana, que ressurgiu mais pujante de vitalidade, mais nova e mais rica”, abandonando o “velho ranço conservantista que tanto impedia a aplicação de capitais” na cidade¹².

A fisionomia da cidade foi determinada naquela virada da década de 1960 para 1970, num ambiente em que não haviam possibilidades para discussões de políticas urbanas alternativas, em virtude da ditadura militar implantada e da absoluta hegemonia do bloco de poder sobre as diretrizes traçadas para o futuro de Florianópolis. Uma outra cidade surgiria, mas pensada, desenhada e estruturada pelas mesmas forças sociais que a dominaram ao longo de sua História¹³.

Pode-se concluir, portanto, que as contradições no desenvolvimento urbano de Florianópolis não são decorrência inescapável de processos de crescimento “naturais”. Os dilemas vividos pela população que habita a cidade possuem uma história que diz respeito em grande medida aos interesses de grupos políticos e empresariais que assumiram para si a determinação de metas e projetaram uma cidade que hoje encontra-se em diversas encruzilhadas. A população de Florianópolis caminha diariamente sobre escombros e sucatas de sonhos que efetivaram-se ou então foram abandonados ao longo da História das últimas décadas.

¹ SOUZA, J. P. Silveira de. Busca. In SUL. Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano: V. Out/1952. n° 17. p. 71-72.

² O Estado. Florianópolis, 05/06/1960, n°. 13.914, ano XLVII, p. 2.

³ O Estado. Florianópolis, 15/06/1960, n°. 13.922, ano XLVII, p. 2.

⁴ A Gazeta. Florianópolis, 05/02/1950, 3.642, XVI, p. 1.

⁵ Florianópolis. Plano Diretor. IOESC: 1952. p. 16-19.

⁶ HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1984. 250 p; WELLS, H. G. História do futuro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 361 p.

⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In Enciclopédia Einaudi. Anthropos-homem. Vol. 5. Brasília: Casa da Moeda, 1986. p. 308-14.

⁸ OLIVEIRA, Lisete Assen de. Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina. São Paulo: USP (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), 1999. p. 80.

⁹ CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 146.

¹⁰ LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 243-278.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 133-161.

¹² O Estado. Florianópolis, 28/06/1966, n°. 15.436, ano LII, p. 4; A Gazeta. Florianópolis, 04/07/1967, n°. 7.714, ano XXXI, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 05/10/1967, n°. 7.780, ano XXXIV, p. 8; O Estado. Florianópolis, 07/11/1967, n°. 15.764, ano LIII, p. 6; O Estado. Florianópolis, 06/11/1968, 16.012, ano LIV, p. 3.

¹³ ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. Conclusões do estudo preliminar do Plano de desenvolvimento integrado da micro-região da Grande Florianópolis. In _____. Plano de desenvolvimento integrado da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis, 1971, mimeo. p. 110-136.